

## A intolerância religiosa e religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro

**Jose Geraldo da Rocha**

**UNIGRANRIO / LEECCC-UFF**

*...a intolerância religiosa se converteu numa das principais causas de perseguição das minorias no mundo. A ONG Minority Right Groups International, sediada em Londres e representações em 60 países denuncia detenções, torturas e restrições às liberdades fundamentais em todo o planeta. Mark Lattimer, diretor da MRG apontou que o relatório de sua organização, “o aumento do nacionalismo religioso, a marginalidade econômica e os abusos derivados das leis antiterroristas estabeleceram uma pauta crescente de perseguição das minorias religiosas”. Assim, “a intolerância religiosa é o novo racismo e muitas comunidades que enfrentaram discriminações raciais durante décadas são agora perseguidas por causa de sua religião”. (www.opovo.com.br)*

O presente estudo nasce de inquietações relacionadas ao fenômeno da intolerância religiosa na contemporaneidade. A existência de inúmeras casas de cultos, denominadas terreiros, na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, tem caracterizado a região como um espaço geográfico de multiplicação dos conflitos por parte de segmentos religiosos que desenvolvem suas atividades centradas no combate às expressões religiosas relacionadas às matrizes africanas.

O objetivo da investigação foi verificar como é vivenciada pelos adeptos das religiões de matrizes africanas na região a discriminação e a intolerância a que estão submetidos face ao embate sistemático dos segmentos religiosos pentecostais e neopentecostais.

### ***Esclarecendo os termos e situando a intolerância religiosa***

*Religiões de matrizes africanas* é um termo geralmente utilizado para designar as práticas religiosas desenvolvidas pelos negros no Brasil. Segundo Verger, (1981) as primeiras menções às religiões africanas no Brasil são de 1680, por ocasiões das pesquisas do Santo Ofício da Inquisição, quando Sebastião Barreto denunciava o costume que tinham os negros, na Bahia. Quando se fala de “*religiões de matrizes africanas*”, não está fazendo distinção entre os pertencimentos vinculados às tradições sejam elas, ketu, jêje, nagô,

nação ou angola. Nem tampouco distinção entre candomblé, batuque, tambor e umbanda. Isto porque, a intolerância é generalizada, estendida a todos os que professam as religiões dos Orixás, cujo rótulo ou estigma passou a ser naturalizado nas relações sociais como “os macumbeiros”.

O terreiro, segundo a cultura yoruba, significa casa, ou então, o espaço de realização do culto sagrado nas tradições dos orixás. Ele é também considerado como patrimônio imaterial da diversidade cultural humana e espaço de resitência histórica dos afro descendentes (SILVA 2009, A). A terminologia *Orixás* é empregada para designar as divindades cultuadas nos terreiros, entendido como uma força pura, uma energia imaterial ou mesmo um ancestral divinizado (VERGER 1981). Quando no trabalho é utilizado o termo afro brasileiro<sup>1</sup> o intuito é designar, de um modo mais abrangente, àqueles compreendidos como negros, e que nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas são categorizados como pretos e pardos.

Já o termo “*intolerância religiosa*” refere-se a atitudes, que são expressas por gestos e palavras – No caso das vítimas da intolerância, pode-se ilustrar com afirmações do tipo: “Fui agredido na minha rua por uma pessoa evangélica que discriminou uma filha de santo minha, quando ela estava de resguardo” (...) “... palavras agressivas que já conhecemos, que trazem conseguem a intolerância religiosa, e eu, sinceramente, me senti muito mal” (...) “o lixo do barracão ele não leva”. Tais atitudes se observadas e interpretadas a partir dos que as praticam, revelam inabilidades, preconceitos e uma indisposição em relação ao reconhecimento e o respeito às diferenças ou crenças religiosas do outro. Segundo Silva, a intolerância religiosa é :

Uma expressão que descreve atitudes fundadas nos preconceitos caracterizadas pela falta de respeito às diferenças de credos religiosos praticados por terceiros, podendo resultar em atos de discriminações violentas dirigidas a indivíduos específicos ou em atos de perseguição religiosa, cujo alvo é a coletividade. Essa perseguição religiosa vem, nas últimas décadas, configurando-se em verdadeira batalha espiritual, ameaçando os padrões de uma sociedade alicerçada na ética, na liberdade, na democracia e na cultura da paz (SILVA:2009, p.128b ).

Para Silva Jr, (2009, p.207)“ a intolerância religiosa constitui uma grave violação dos direitos humanos, e seus agentes devem ser tratados exatamente conforme determina a Lei: com criminosos”

Do ponto de vista da origem, pode-se afirmar que tal intolerância está relacionada ao sistema de convicção religiosa nas próprias crenças dos indivíduos ou mesmo na incapacidade do indivíduo de compreender as crenças

---

<sup>1</sup> No universo das lutas do movimento negro na diáspora, a designação de forma mais abrangente para garantir uma unidade na luta tem sido tema de discussões ao longo de várias décadas. Em 2001, na Conferência do Chile onde se preparava a Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban – África do Sul o termo afro descendente foi consesuado, como mais adequado para se referir aos negros da diáspora.

e práticas religiosas diferentes da sua e conseqüentemente, admitir o seu direito à existência.

A intolerância religiosa, bem como a discriminação, são fatos sociais, que em conformidade com a teoria sociológica de Émile Durkheim, estão caracterizadas em função da sua generalidade. Em tempos de recrudescimento da intolerância e da discriminação étnico-racial mundo afora, verifica-se que nos países da Comunidade Européia os judeus permanecem como alvos principais, seguidos de perto por muçulmanos e imigrantes de várias nacionalidades. Há conflitos envolvendo protestantes x católicos; judeus x católicos; islã x cristãos; ocidentais e tradições afro. Ao assumir o caráter racial, a intolerância religiosa vai segundo Silva Jr (2009), “configurar uma das faces mais abjetas do racismo brasileiro, mantendo-se intacta ao longo da história, e resistindo, inclusive ao processo de democratização, cujo marco fundamental foi a promulgação da Constituição de 1988”

Segundo Hans Kung (1993), não haverá paz no mundo sem uma paz entre as religiões. Uma grande quantidade de conflitos entre povos nos vários continentes tem em suas raízes a questão religiosa. O entendimento entre as diferentes religiões é exigência para a convivência digna entre os povos, entre as culturas, entre as nações e entre os cidadãos.

Nessa perspectiva, são notórios os esforços realizados no mundo inteiro buscando formas de superação da intolerância religiosa. Em 25 de novembro de 1981 a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas fez uma declaração específica tratando da intolerância religiosa. Nessa declaração,

(... )entende-se por intolerância e discriminação baseadas na religião ou nas convicções toda distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções e cujo fim ou efeito seja a abolição ou o fim do reconhecimento, o gozo e exercício em igualdade dos direitos humanos e das liberdades fundamentais . (Declaração Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções)

. Desde os tempos da colonização na América Latina, a fé professada a partir dos elementos da africanidade, tem sido concebida pela cultura dominante como uma prática primitiva, agressiva aos “bons costumes” e não raro, associada à coisas do demônio. No contexto da colonização, as expressões religiosas que se opusessem ao projeto colonial, eram identificadas como algo maléfico e não pertencente a Deus. Tal concepção estava fundamentada no postulado “fora da Igreja não há salvação”. Ao falar igreja nesse contexto, era entendida Igreja Católica. (CEHILA: 1987, FRISOTTI:1992; ROCHA,1998).

É notável, nos mais recentes estudos etnográficos na América Latina, a preocupação com os denominados eventos críticos como desastre, conflitos, sofrimento social, violência. Pode ser citado aqui a 27ª Reunião Brasileira de

Antropologia realizada entre nos dias 1 a 4 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil no GT 20 - Etnografias de Eventos Críticos e Conflitivos no Brasil plural.

Tais eventos críticos perpassam diferentes instituições, transformando o cotidiano das relações individuais, familiares, dos grupos atingidos nas suas relações o sistema estrutural das sociedades. Esta temática tem sido objeto de reflexão e discussão também nos Grupos de Trabalho organizados nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia – RBA - desde 2006 e em eventos internacionais como no âmbito da RAM – Reunião de Antropologia do MERCOSUL.

O crescimento da intolerância religiosa tem causado danos à dignidade da população afro-brasileira que é adepta do candomblé. É uma realidade que atinge também aos brancos que praticam tal religião, entretanto, os relatos de experiências revelam que se trata de algo mais contido. Os danos estão relacionados à estigmatização dos afros descendentes (GOFFMAN: 1988) a sua auto-estima, à valorização de sua identidade étnica, aos medos de explicitar sua pertença religiosa, ao esfacelamento nas relações familiares, instabilidade e traumas emocionais. A intolerância é ao mesmo tempo desumanizadora para o indivíduo que a sofre, como o é para que a prática.

Nos últimos tempos, no Brasil em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, vêm acontecendo diversos atos de intolerância religiosa vitimando os praticantes das religiões de matrizes africanas compreendidas aqui o candomblé em suas diferentes derivações – ketu, jêje, nagô, angola, nação entre outras, bem como a umbanda, sendo o episódio mais conhecido a invasão e depredação do Centro Espírita Cruz de Oxalá, situado no bairro do Catete<sup>2</sup>.

Como repúdio, tem sido comum manifestações de protesto como caminhadas em defesa da liberdade religiosa, fóruns de debates sobre intolerância religiosa e a organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião.

Historicamente, as expressões e manifestações de fé ligadas aos terreiros e conseqüentemente vinculadas à origem africana sofreram perseguições, mais agressivas ou mais moderadas, dependendo dos interesses em jogo (SILVEIRA, 2005:18-23) A opressão dos tempos coloniais, manteve-se mesmo depois da independência política e da proclamação da República, silenciando, encobrando e entrincheirando as religiões de matrizes africanas e acoçando, reprimindo e vilipendiando seus adeptos em uma evidente dificuldade em conviver com o outro, o diferente e em clara demonstração de força, não só física como simbólica

---

<sup>2</sup>Disponível em: <[http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro\\_espirita\\_depredado\\_no\\_catete-546631537.asp](http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro_espirita_depredado_no_catete-546631537.asp)>. Acesso em: 12 fev. 2009.

A temática da discriminação e intolerância religiosa relacionada às religiões de matrizes africanas no Brasil é uma realidade que vez por outra ressurgue também no universo da academia. Nasce a partir da promulgação da lei 10.639 /2003 um horizonte diferenciado.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, (Presidente da República, 2003)

O horizonte que se abre com a lei, vai evocar uma postura diferenciada de acadêmicos e educadores. Trabalhos como "O Terreiro e a Cidade" (SODRÉ, 1998) vai se tornar referência para os educadores interessados na implantação da lei, em virtude da forma como trata a questão das relações raciais e suas interfaces, inclusive a religiosa. O trabalho é um aporte no processo de compreensão das organizações e delimitações dos espaços urbanos e suas relações com as práticas religiosas de origem africanas no país. Kabenguele Munanga (MUNANGA, 2005) alerta para a necessidade de superar os preconceitos, para, como educadores, lidar com os aspectos da diversidade presente na cultura brasileira. Essa pluralidade vai fazer com que cada um tenha maneiras diferentes de falar de Deus (THEODORO, 2005), o que, na comunidade negra, se passa através da oralidade no cotidiano das práticas religiosas. Ainda segundo (Idem, 2007) tais comunidades tornam-se espaços estruturadores de identidades e de formas de comportamento social e individual. Nessa perspectiva o trabalho de (BENJAMIN, 2006) oferece uma contribuição importante, quando organiza uma coleção "A África Está em Nós" voltada para subsidiar os educadores na implementação da lei 10.639. No referido trabalho os aspectos religiosos ligados à cultura afro brasileira vão aparecer como uma herança e riqueza na sociedade, a ser ensinados e apreendidos.

No processo de recolocação dos valores presentes nas culturas de matrizes africanas, no tocante à religião, (ROCHA, 1998) aponta a necessidade de uma reinterpretação do cristianismo para garantir o direito ao respeito e à liberdade religiosa dos segmentos de matrizes africanas. Segundo uma mesma perspectiva, (SANTOS, 2007) elabora seu trabalho fazendo reverberar a tolerância religiosa através da ética a ser estabelecida na sociedade, considerando e respeitando a fé de homens e mulheres que professam a religião dos orixás como divindades criadas por Olorum. Tal preocupação



transparece também no trabalho de (BARROS, 2007) quando sistematiza a história de Xangô como historia que a escola vai poder contar.

O aumento da intolerância religiosa vem mobilizado diversos setores da sociedade para lutar e fazer valer o direito a liberdade religiosa assegurado na Constituição. Foi criada a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, com membros de diversas denominações religiosas, que organizou uma mobilização, cujo resultado levou às ruas no Rio de Janeiro em 2009 mais de 10 mil pessoas na Orla de Copacabana a levantar um grito de protesto. Naquela ocasião foi produzido um Guia de Combate à Intolerância Religiosa (SILVA, 2009 A).

Vivemos ainda hoje em uma sociedade na qual se verificam atitudes de preconceitos, de intolerância e de discriminação em relação aos adeptos e às religiões de matrizes africanas, em flagrante desrespeito ao texto constitucional que assegura a liberdade de crença a todo brasileiro<sup>3</sup>. As atitudes de desrespeito explicitam elementos que configuram simbolismos e arquitetam a constelação de ritos e linguagens que regem práticas cotidianas de interação social (GOFFMAN, 2009).

Constatar que a intolerância religiosa e a discriminação étnico-racial fazem parte do nosso cotidiano tem despertado em algumas instituições e segmentos da sociedade, em especial nos agrupamentos afro-religiosos, uma tendência de repulsa e mesmo de reivindicação de direitos diante do Estado. Tem sido comum manifestações de protesto como caminhadas em defesa da liberdade religiosa, fóruns de debates sobre intolerância religiosa e a organização de seminários que discutem a relação entre Estado e religião. Artistas, intelectuais e representantes de outras religiões têm participado desse movimento e são também freqüentes as matérias de jornais, revistas e os noticiários e programas de televisão dedicados ao assunto.

## **Compreendendo o Campo de Pesquisa**

A Baixada Fluminense é uma região composta por vários municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Um estudo desenvolvido na Escola Nacional de Ciências Estatísticas em 2007, que resultou em uma dissertação de mestrado, (“Mortalidade e condições de vida na Baixada Fluminense” de Aline de Moura Souza, a região é apresenta como um “cenário de baixo desenvolvimento econômico e precárias condições de saúde. O intenso processo de ocupação e crescimento demográfico, experimentado durante o século XX, foi acompanhado de uma melhora parcial nas condições

---

<sup>3</sup> VITA, Álvaro. *Nossa constituição*. São Paulo. Ática, 1989. p. 106-107. Afirma a Constituição no Capítulo I dos Direitos e deveres individuais e coletivos: “(...) VI É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias. (...)”.

de saúde, habitação e infra-estrutura básica, mas vários problemas ligados à situação de pobreza e necessidades básicas não atendidas ainda persistem [

Estima-se que existam em torno de cinco mil casas de cultos afros brasileiros, entendidas aqui como casas de candomblé e umbanda, ainda que tais dados não sejam possíveis a sua comprovação em virtude da não existência de pesquisas. Na verdade, os dados sobre as religiões de matrizes africanas até então levantados pelo Censo do IBGE (2000) dava conta da existência no Brasil de apenas 0,3% da população como pertencente a esse segmento. A mesma fonte aponta que no Rio de Janeiro, o número de praticantes das religiões de matrizes africanas são 188.888 indivíduos. Não se pode esquecer que tais cifras estão em um contexto onde os vínculos com tais práticas religiosas passam por um sistema de negação. Afirmar a pertença religiosa de matriz africana é colocar-se numa esfera de não reconhecimento e aceitabilidade social. Os indivíduos não querem ser estigmatizados na hora de responder ao censo. Em contraposição a isso, é perceptível nas vivências cotidianas na região da Baixada Fluminense, em espaços de discussões relacionadas as culturas locais, a grande presença das expressões religiosas de tal natureza. O depoimento de um pesquisador na Baixada é revelador dessa grandeza quantitativa dos terreiros não expressa nos dados do censo.

[...]Saí com um endereço de um terreiro para entrevistar uma Yalorixá. Como sempre, os terreiros estão situados nas periferias das periferias. Tomei dois ônibus para conseguir chegar no referido bairro. Ruas de terra, casas simples, não acabadas, muita gente pelas ruas, animais. Fui perguntando para as pessoas onde existia um terreiro de candomblé. Elas iam me indicando. Chegava ao terreiro e perguntava pela Yalorixá, respondiam não é aqui. E assim aconteceram vários terreiros. Quando cheguei no terreiro que tinha me proposto visitar, havia passado por seis outros terreiros. Isso em um espaço pequeno do ponto de vista geográfico. E não foi apenas em um bairro que algo semelhante aconteceu. (Antonio)

A população da região é marcadamente de afro descendentes. Do ponto de vista da religiosidade de matriz africana, a região ostenta ser o local para onde veio o Candomblé da Bahia. Assim sendo, a história da expansão do Candomblé no Rio de Janeiro estaria associada à migração dos terreiros para a Baixada Fluminense. As casas e as personalidades mais famosas do universo religiosos da matriz africana no Rio de Janeiro estão sediadas na região da Baixada Fluminense. O Ilê Axé Opó Afonjá, com raiz em Salvador desde 1910, se estabeleceu no bairro de Coelho da Rocha em São João de Meriti nos finais dos anos trinta, sob a coordenação Mãe Agripina, filha de Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos) da matriz em Salvador. Outra casa de grande destaque na Baixada é o terreiro de Joãozinho da Gomeia. Também originário de Salvador, chegou à região e se instalou no bairro de Copacabana – Duque de Caxias no final da década de quarenta.

Em Duque de Caxias encontram se ainda outras duas casas renomadas. O terreiro de Pai Valdemiro "Baiano" de Xangô - o Ilê Asé Baru Lepé, datado dos anos 40, e considerado um dos mais importantes do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente o local está em processo de tombamento a pedido do

Ministro da Cultura Gilberto Gil. Valdemiro foi guru de políticos e artistas famosos no país.

A outra casa a que se refere, é o terreiro de Giselle Cossard Binon mais conhecida como Ominarewa. Sua casa, o **Ilê Axé Atara Magba** está localizada no bairro de Santa Cruz e conta com mais de 400 filhos de Santo. Ominarewa, atualmente com mais de 80 anos de idade, continua à frente do seu terreiro, zelando pelos Orixás e pelas tradições Africanas no Brasil.

Também os terreiros de Umbanda vão encontrar na Baixada fluminense um espaço de expansão a partir do seu surgimento no Rio de Janeiro por volta do ano 1009. Segundo Reginaldo Prandi, em seu artigo “**Linhagem e Legitimidade no candomblé paulista**”,

a umbanda, nascida no Rio de Janeiro do contato do candomblé com o kardecismo, profundamente influenciada pela moralidade cristã já incorporada pelos espíritas, veio, em oposição ao candomblé como religião de populações negras, a se firmar como religião para todos, sem limites de raça, cor, geografia, origem social. Enquanto o candomblé continuava como expressão de uma sociedade de molde estamental, escravocrata na origem, a umbanda espalhou-se como a religião brasileira para a sociedade de classes, industrializada, urbanizada, de intensa mobilidade geográfica e social. A umbanda, ao se fazer como religião independente, adotou o uso da língua portuguesa, abandonou o sacrifício ritual de sangue e a iniciação sacerdotal com reclusão e mortificação, deixou de lado o oráculo do candomblé (especialmente o jogo de búzios) que dá ao chefe do grupo de culto a prerrogativa de decifração do destino e dos males e oportunidades da pessoa; incorporou do kardecismo a noção básica da caridade, que deslocou o eixo do culto para a prática da cura através da intervenção dos espíritos desencarnados ou encantados, no rito do transe, reduzindo a importância dos orixás e minando a estrutura rígida da autoridade centrada na mãe ou pai-de-santo que caracteriza o candomblé. (PRANDI, disponível em [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br))

A região é também caracterizada pelo baixo poder aquisitivo da maioria da população. As condições sócio-econômicas da população acabaram contribuindo para as pessoas buscarem na esfera da religião as soluções para os seus problemas. Talvez esteja aqui uma das explicações para a instalação e crescimento de inúmeras igrejas de denominações cristãs. Uma notícia veiculada no país destaca: *Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - BGE revelam predominância do Evangelho entre afro-descendentes*. Em seguida vem comentário de um membro de uma igreja evangélica.

É com uma alegria gigante que leio esta notícia!!!! Primeiro isso segue uma lógica, pois se os de descendência africana (e miscigenados) são grande maioria da população, são a massa dos autênticos brasileiros e uso o termo autênticos, pois infelizmente existem facções em certas regiões que insistem com ideias racista e anti-miscigenação, se vendo



como um país a parte, ideia que não contribui em nada para o bem do Brasil...Portanto, se os negros são aqueles que historicamente estão” cansados e sobrecarregados” é natural e ideal que esse publico seja alvo do alcance da mensagem do evangelho que é a única mensagem libertadora da alma ,do corpo e da mente.E digo sem medo de errar! (Disponível em [www.dihitt.com.br](http://www.dihitt.com.br))

Com promessas de curas para todos os males inclusive a prosperidade financeira, desencadeou-se nessa região uma avalanche religiosa. Em contrapartida, o aumento dos conflitos com os praticantes das religiões de matrizes africanas foram ficando cada vez mais evidenciados. Dentre tantos os “males” a ser combatidos pelas chamadas igreja evangélicas, estava a expulsão do “demônio” presente nas praticas dos terreiros. Inicialmente tratava-se apenas de um “exercício de conversão” pela via da pregação e do convencimento. Com o passar do tempo a pregação passou a ser um ato de desmoralização dos praticantes das religiões de terreiros até chegar à agressões verbais e físicas, além dos ataques e depredações aos espaços de cultos denominados terreiros.

A problemática que envolve a intolerância religiosa e a discriminação com relação aos adeptos, aos templos das religiões de matriz africana e às práticas religiosas leva à perguntar-se pelas implicações sócio-antropológicas da intolerância religiosa no cotidiano dos praticantes de cultos afro-brasileiros. Como se revela o preconceito às práticas religiosas das comunidades de terreiro? Como seus membros vivenciam tal realidade no cotidiano das interações sociais?

Tais questionamentos diante do contexto da Baixada Fluminense acabaram tornando-se decisivos na escolha do campo de investigação. É uma região muito pouco explorada no sentido de campo de realização das investigações científicas, ainda que encerre uma grande riqueza e ofereça uma contribuição fundamental para o desenvolvimento do sócio econômico e cultural do estado do Rio de Janeiro.

A escolha está diretamente relacionada ao interesse particular pelo campo sócio-antropológico, sobretudo no que se referem às chamadas minorias étnicas e culturais presentes na Diáspora. A exacerbação de uma violência acumulada historicamente, provocando atos de intransigência e de discriminação cada vez mais comuns no cotidiano, tem despertado a atenção de pesquisadores para a necessidade de um estudo mais sistemático e profundo sobre a relação entre religião e sociedade.

Serão privilegiadas no presente trabalho as pessoas que freqüentam os terreiros e que sofrem as perseguições em função de suas práticas religiosas.

### **Metodologia utilizada na pesquisa**

A Intolerância Religiosa em relação às religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro, um estudo sobre os terreiros da Baixada Fluminense, é uma

pesquisa etnográfica, seguindo a concepção etnográfica descrita por Carmen Lúcia Guimarães de Mattos (2001 p2)

“**Etnografia** - *Grafia* vem do grego *graf(o)* significa, escrever sobre um tipo particular - um *etn(o)* ou uma sociedade em particular. Antes de investigadores iniciarem estudos mais sistemáticos sobre uma determinada sociedade ele escreviam todos os tipos de informações sobre os outros povos por eles desconhecidos. Etnografia é a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo. Para A maior preocupação da etnografia é obter uma *descrição densa*, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem; esta descrição é sempre escrita com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categorial cultural. Esses conjuntos de significantes nos apresentam como estruturas inter-relacionadas, em *múltiplos níveis* (Ogbu, 1981) de interpretação. Etnografia é escrita do visível. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo. (disponível em [www.ines.gov.br](http://www.ines.gov.br))

Os passos seguidos para tratar do objeto de estudo consistiram em primeiro lugar na **observação participante**. Essa, segundo MALINOWSKY (1978), consiste na participação do pesquisador na vida cotidiana do grupo ou da sociedade a ser estudada, priorizando uma abordagem mais descritiva que valorativa, onde o que se enfatiza é a relação entre os diversos elementos. É o que SANTOS (2005, p.64) chama de “estar lá, onde a cultura é vivida em sua dimensão concreta, no cotidiano das pessoas.”

A observação e a escuta pormenorizadas e atentas permitiram colher informações e compreender os motivos de determinados tipos de comportamentos presentes naquele universo. Para tanto, foram realizadas visitas às casas de cultos, denominadas terreiros, onde se processaram conversas com os praticantes da religião em questão sobre suas experiências e vivências relacionadas à discriminação e intolerância. Ao se falar “*praticantes*” está-se referindo às pessoas iniciadas nos rituais das religiões de terreiros. Os iniciados são aqueles que fazem as “obrigações”, que em conformidade com a casa e ou suas origens, vão receber nomes diferenciados. A título de exemplificação pode-se citar: “raspar o santo”, “deitar pro santo”, “fazer o santo”. São essas pessoas que por terem sidas iniciadas na religião, vão cumprir determinados preceitos, os quais vão identificá-las no cotidiano social como pertencentes ao seu universo religioso e conseqüentemente vítimas dos processos de intolerância religiosa. A partir da observação e da

escuta, o segundo passo será **organização e análise** das informações recolhidas.

### **Resultados evidenciados na pesquisa**

As vivências, no cotidiano, das múltiplas práticas de intolerância religiosa interferem diretamente nos processos de interação social das pessoas que professam a sua fé nas religiões de matrizes africanas. A pesquisa revelou que tais interferências se dão em diferentes esferas da vida humana. Para efeito de análises exploratórias, algumas dessas esferas foram categorizadas. Evidentemente, nos relatos apresentados serão usados nomes fictícios. Os, nomes dos informantes serão preservados, garantindo assim a confidencialidade

#### **a) a família**

A família é o primeiro espaço de interação social de todos os indivíduos. Nela se dão os ensinamentos básicos e primeiros aprendizados da convivência humana. As concepções de valores éticos e morais são ensinadas no cotidiano familiar. Muitos tipos de violências nos dias atuais acabam impactando essa relação. A vivência da religião de matrizes africanas tem se colocado como um dos dilemas para a continuidade das relações familiares onde existem diferentes inserções e profissões de fé.

*[...]No meu caso a intolerância começa dentro de casa na minha família. Sou de tradição católica e essas coisas de terreiro lá em casa são vistas com muita reserva. Ao tomar conhecimento de minha pertença religiosa ligada aos ancestrais e que tinha que cuidar do meu santo, resolvi fazer tudo escondido para não criar um mal estar na minha família. Na casa da minha mãe ninguém sabe que fiz santo. E se me perguntarem eu nego. Minha sorte é que não moro mais com eles no dia a dia. Quando preciso fazer minhas obrigações no terreiro digo a eles que vou viajar. Assim levo a minha vida. ( LÚ)*

É muito comum na constituição das famílias brasileiras encontrarmos pessoas ligadas direta ou indiretamente a diferentes inserções religiosas. Por se tratar de relações familiares os conflitos acabam sendo contornados. Os laços consangüíneos influenciam decisivamente os processos de busca de soluções nos relacionamentos. Em muitos casos a tônica é a dissimulação como elemento chave da convivência. “sou, mas é como se não fosse, pertença, mas é como que não pertencesse”. O rompimento com a família em função da vivência religiosa só ocorre em casos extremos. Nesses casos as religiões de matrizes africanas estão colocadas como fator determinante.

*[...]Sou professora do ensino fundamental e catequista. Quando descobri que teria que iniciar num terreiro por questão de saúde foi um drama. Minha família não poderia ficar sabendo. Eu não tive coragem de contar. Saí de casa e fui morar com um grupo de pessoas militantes do movimento negro numa pequena comunidade na Baixada. Aproveitei esse tempo e preparei tudo o que precisava.*

*Quando ia me recolher, disse a eles que ia fazer uma viagem. Eles só ficaram sabendo na verdade depois que tudo já havia acontecido. (...) foi um tempo muito difícil. Nunca mais a minha relação com a família foi a mesma. Eles vivem esperando que um dia eu abandone esse caminho errado. ( JOANA)*

O depoimento acima é uma expressão dessa necessidade de preservação das relações familiares. Existem determinadas situações que para o bem da família é melhor nem contar. Nesse caso específico a saída foi certo distanciamento do núcleo familiar. O medo de contar na verdade é o medo de não ser compreendido e a certeza de não ser aceito. A “harmonia” na família não deve ser quebrada e sendo assim, é mais prudente “dar um tempo”, sair em busca de um espaço onde haja acolhimento e aceitação da nova vivência religiosa.

A insegurança e o medo que a pertença às religiões de matrizes africanas gera em alguns ambientes familiares acabam sendo reproduzidos em outros ambientes sociais.

#### **b) o local de trabalho**

A vivência da religiosidade de matriz africana não pode ficar restrita ao tempo em que o indivíduo está no Ilê. Ela também é vivenciada no cotidiano das relações humanas no mercado de trabalho, onde a pertença religiosa também foi ocultada pelos participantes do estudo, sob pena de perder o emprego.

*[...]Tenho 58 anos, trabalho há trinta anos como professora de primeira a quarta em uma escola de freiras. Todos esses anos tive que esconder minha religião. Eu sabia que se as irmãs descobrissem minha religião eu seria mandada embora do trabalho. Nesses anos presenciei inúmeras vezes as formas desrespeitosas com que tratavam minha religião. A dor era maior por não poder reagir, pois reagir naquela situação era certeza de perder o emprego. Quantas vezes para não aparecer na escola com marcas de minha religião tive que inventar uma doença, forjar um atestado médico para justificar minhas faltas. Na minha religião existem preceitos que muitas vezes exigem usar um turbante branco, ou até mesmo toda a roupa branca. Como aparecer assim na escola? É muito difícil fingir essas coisas. A gente aprende com o tempo a conviver escondendo essas coisas que para nós são tão preciosas. O preconceito é muito grande. As pessoas não entendem ou não querem entender, então discriminam. Acho que elas nem se perguntam pelo sofrimento que a gente sente com essas discriminações. E assim a gente vai vivendo. ( JOSELIA)*

As marcas das religiões de matrizes africanas transformaram-se em estigmas nas relações sociais. Diante da intolerância e da discriminação eminente no mercado de trabalho, a ocultação da prática religiosa funciona como estratégia de resistência elaborada em conformidade com cada situação. Segundo Goffman,

Os estigmatizados empregam uma técnica adaptativa (...) com o objetivo de reduzir a tensão, ou seja tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação (...) Este tipo de acobertamento, deve se acrescentar, é um aspecto importante das técnicas assimilativas empregadas por membros de grupos étnicos minoritários (( GOFFMAN, 2008,P.113-114)

Nesse contexto, os que professam a fé nas religiões de matrizes africanas, têm a consciência dos fatos. Entretanto, o acobertamento é de certo modo garantia de permanecer com sua religiosidade imperceptível. Evita com isso desencadear e acirrar conflitos, o que poderia levar à perda do emprego. É mais que um simples mecanismo de defesa em uma perspectiva psicológica, pois esses estão muito relacionados ao inconsciente, (BOCK, FURTADO, TEIXEIRA 1994 p73-74). Trata-se de uma estratégia resistência consciente e cuidadosamente vivenciada em um contexto desfavorável e de injustiça. Pode-se dizer que tal estratégia faz parte do famoso “ jeitinho brasileiro”. (REGA, 2009)

Saindo da esfera das relações no mercado de trabalho, a escola se constitui em outra categoria de análise.

### **c) a escola**

A escola como instituição social tem a prerrogativa de fornecer uma educação para a formação do cidadão. Ali a responsabilidade dos educadores é garantir os elementos mínimos necessários para que a convivência social se estabeleça com base nos princípios do respeito à dignidade humana. Pressupõe-se que os preconceitos, a discriminação e a intolerância não condizem com a missão dos educadores, nem com o papel da educação.

*[..]Estudo em uma escola pública e tem muitos alunos de igrejas evangélicas. Quando me iniciei no santo e tive que usar minhas vestes brancas foi um grande problema. A discriminação e a intolerância foram impressionantes. Alguns alunos chegavam a fazer ameaças físicas. Então reclamei junto à direção da escola. Fui informado que a escola não poderia fazer nada. Conteí então para minha mãe de santo, que foi à escola tirar satisfação. Ela foi informada pela direção que a escola não poderia se responsabilizar pela situação e que seria melhor eu sair da escola. A direção colocou como condição da minha continuidade na escola um termo de compromisso da mãe de santo se responsabilizando pelo que pudesse acontecer comigo. ( MARQUINHO)*

A escola é um espaço privilegiado de formação para o respeito e para a convivência humana. A Lei de Diretrizes e Base no título II que trata dos princípios e fins da educação nacional,estipula em seu artigo Art. 2º que

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por



finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.).

É na escola onde se passa maior parte do tempo em que se dá a formação da personalidade, do comportamento. Ensinar a conviver com as diferenças é uma dentre as várias missões dos educadores. A negação da escola em desempenhar, em profundidade, o seu papel educacional vai influenciar o modo como no cotidiano se darão as relações. Então, o que se presencia nas ruas acaba significando também expressão do aprendizado escolar ou da falta dele.

#### **d) A rua**

A naturalização do desrespeito aos praticantes das religiões de matrizes africanas vem ganhando proporções que não condizem com os princípios constitucionais de uma sociedade democrática. A iniciação, em um terreiro, e as formas de vida dela decorrentes, não poderiam servir de pretexto para práticas de intolerância nas relações sociais.

*[...]Por várias vezes fui discriminado pela minha religião, em todas às vezes me senti muito mal, o que não é de se estranhar, quando se é violentado na sua fé. E dói muito quando acontece na sua rua, no seu bairro, onde você vive e exerce sua fé. Fui agredido na minha rua por uma pessoa evangélica que discriminou uma filha de santo minha, quando ela estava de resguardo. E eu fiquei muito chateado e fui tomar “satisfação” com ele e aí ele me disse palavras grosseiras e disse que nós fazíamos culto ao demônio, que Jesus ia salvar somente a ele e que eu iria para o inferno. Palavras agressivas que já conhecemos, que trazem consigo a intolerância religiosa, e eu, sinceramente, me senti muito mal. Eu nasci e vivo nesta rua até hoje, e depois que eles construíram essa igreja ao lado do nosso Barracão os transtornos começaram. ( PAULO)*

Ainda falando sobre a relação que se estabelece na rua, é extremamente relevante o depoimento que revela o constrangimento vivenciado por universitários em Duque de Caxias.

*[...]Isso aconteceu uma vez quando uma Yaô da minha casa de candomblé que estava de kelê (resguardo), pois tinha feito santo a pouco tempo, pegou uma carona comigo do trabalho dela no Rio até Caxias, na época em que eu fazia faculdade. Eu deixei meu carro no estacionamento em frente a ao Colégio Duque (onde funcionava o curso de artes) e fui com ela até o ponto de ônibus onde ela pegaria um ônibus para sua casa também em Caxias. Quando estávamos descendo a rua em direção ao calçadão de Caxias, um grupo de pessoas que estavam na sorveteria bem perto da esquina do colégio começaram a gritar que ela estava com o diabo e que só Jesus poderia livrá-la daquilo etc. Eles gritavam sem parar e alto. Confesso que fiquei sem graça e com uma certa vergonha, não da Yaô, mas sim pela situação, pelo desrespeito. Tive vontade de xingá-los, mas*

*se eu fizesse isso chegaria ao patamar baixo daquelas pessoas e me igualaria a elas, simplesmente peguei no braço da Yaô abaixamos a cabeça e seguimos nosso caminho. Sinceramente não quero que me tolerem, eu quero que me respeitem. (LUIZ)*

A rua é um espaço público. As pessoas têm o direito de ir e vir. Entretanto, alguns se acham no direito de desrespeitar e afrontar aqueles que professam as religiões de matrizes africanas. A pesquisa demonstra que a simples presença de uma Yaô passando pela rua incomoda as pessoas. O fato de andar nos espaços públicos com elementos que identificam a fé vivenciada pelas pessoas de terreiros é motivo suficiente para serem desrespeitadas.

Outro episódio interessante se passa em um ônibus em um bairro de Duque de Caxias e corrobora para o entendimento de como em espaços públicos a intolerância se manifesta.

*[...] Entrei num ônibus em um bairro em Duque de Caxias e o trocador disse Jesus te ama – eu estava com minhas guia no pescoço e meu ojá na cabeça. - então eu lhe disse – Oxalá nos ama a todos – ele ficou indignado e iniciou um discurso religioso, uma verdadeira pregação em nome de Jesus para que eu um dia pudesse conhecer a Jesus e o aceitasse em meu coração, na minha vida. Fiquei surpresa com a atitude das outras pessoas no ônibus. Um cinco pessoas se juntaram a ele para orar pela minha vida. Ao tentar argumentar que o ônibus não era um templo da igreja deles. O trocador, mostrando uma bíblia dizia que o nome de Jesus devia ser pregado a todos os povos, em todas as nações, em todos os lugares em todos os tempos. Diante do clima de animosidade que se formou, desci do ônibus antes do meu ponto de destino. Ao sair ouvia as pessoas dizerem quase que gritando – repreende senhor. (RAFAELA)*

#### **e) A relação com os organismos públicos**

Chama-nos a atenção ainda o fato de muitos dos comportamentos e atitudes de intolerância encontrar respaldo na forma como alguns organismos do Estado se relacionam com os terreiros, lugares de culto das religiões de matrizes africanas. Historicamente o Estado brasileiro desenvolveu, de modo sistemático, discriminação e exclusão em relação a essas práticas religiosas. Alguns órgãos públicos, ainda nos dias atuais, continuam sustentando tais procedimentos, embora a Constituição estabeleça que é papel do Estado a garantia dos direitos do cidadão. Segundo Charon,

*as instituições existem para garantir as condições de lidar eficazmente com os problemas. São os modos como a sociedades asseguram a cooperação e a ordem. São os meios pelos quais as pessoas são socializadas para aceitar os padrões sociais da sociedade. As instituições nos protegem, dão sentido a nossa vida, resolvem disputas e atendem às necessidades básicas dos que aqui vivem. (CHARON, 2004, p.130)*

O depoimento a seguir ilustra gravidade do problema coloca como alerta a perda do caráter do papel das instituições e organismos públicos enquanto reguladores da ordem social.

*[...]Existe uma discriminação que é institucional. Organismos como defensoria pública, polícia e prefeitura, afrontam, discriminam e recriminam os terreiros na Baixada Fluminense. Alguns desses órgãos colocam certas exigências para os terreiros existirem, que não são colocadas para as igrejas das demais religiões. (TEREZA)*

A história do país está repleta de episódios, nos quais, o Estado brasileiro atuou como órgão repressor dos terreiros, prisão das Yalorixás e Babalorixás. Abrir um terreiro era caso de polícia. O seu funcionamento requeria o alvará. Impressiona o fato de que reminiscências de tais práticas possam persistir na contemporaneidade.

As práticas de intolerância e discriminação vão então perpassar os vários setores do poder público até chegar, incrivelmente, no processo de coleta pública de lixo.

*[...]Meu barracão está há muitos anos nessa rua. Mesmo assim a discriminação continua. Aqui para você ter idéia, até o lixeiro discrimina. O caminhão do lixo passa duas vezes por semana na minha rua. Eles pegam o lixo de todo mundo. O lixo do barracão ele não leva. (MARIA)*

O desabafo dessa Yalorixá demonstra sua consciência apurada a respeito dos processos de intolerância e discriminação. A percepção das “sutilezas” nas práticas e atitudes no cotidiano social revela o grau de humilhação a que são submetidos os que, como ela, professam suas vivências de fé a partir do terreiro.

#### **f) no espaço religioso**

Os participantes das religiões de matrizes africanas que já encontram tantas dificuldades nas esferas das relações sociais, quando se trata de relacionar com outras denominações de fé, os problemas e dificuldades são ainda maiores. Algumas concepções de Deus presentes em muitas denominações religiosas acabaram se apropriando da “verdade” religiosa. A absolutização da verdade como realidade presente apenas na sua religião tem criado muitos problemas e aumentado a intolerância em relação ao diferente. O depoimento a seguir nos revela como algumas denominações religiosas tratam as pessoas que participam de terreiros.

*[...]O Barracão onde frequento, na esquina tem uma igreja cristã e sempre que passamos em frente à igreja o pastor aumenta consideravelmente a música, com louvores direcionados a nós, dizendo que somos filhos do diabo, que devemos ir para a casa de Deus, que onde nós estamos não é a casa de Deus que não há nada que preste. Isso nos dias de função, quando estamos todos lá, e não*

*acontece só comigo, e sim com todos os que fazem parte da nossa religião. (...) Todos nós nos preparando para uma festa bonita e alguém que se diz seguidor de Cristo dizendo que íamos queimar no fogo do inferno, proferindo coisas negativas, muito ruins, coisa horrível. (CLAUDIA)*

As dificuldades em reconhecer o direito da liberdade de expressão religiosa estão associadas por um lado, aos preconceitos em relação às manifestações de fé dos negros na sociedade brasileira e ao proselitismo – o desejo de aumentar o número dos fiéis de uma determinada denominação religiosa. Por outro lado, afirma Silva, o combate às religiões de matrizes africanas,

parece ser uma estratégia para monopolizar seu principal bem no mercado religioso, as mediações mágicas e a experiência do avivamento- em forma de êxtase religioso-, transformando-o em um valor interno do sistema neopentecostal (...) o reconhecimento de um valor no outro que poderá servir aos meus caprichos induz a implementação de estratégias de apropriação dos mesmos(SILVA,2006, p.208-209)

Com base nas afirmações de Silva é possível vislumbrar uma significação das seções de descarrego – prática das religiões desenvolvidas nos terreiros, tomarem tamanha significância nos cultos realizados pelas denominações neopentecostais.

Ainda que no presente texto, os dados apresentados sejam parciais, os detalhes revelados pela pesquisa atestam a necessidade de envidar esforços em prol de mundo onde as diferenças sejam compreendidas apenas como diferenças; um mundo onde a dignidade das pessoas seja marco regulador do diálogo e das relações humanas. Em um contexto de pluralidade cultural e religiosa como é caracterizada a sociedade brasileira, o respeito às diferenças é condição, si ne qua non, para uma digna convivência social.

## Referências Bibliográficas

BARROS, José Flávio Pessoa de. *Na minha casa: prece aos orixás e ancestrais*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BENJAMIN, Roberto. *A África Está em Nós: historia e cultura afro-brasileira*. João Pessoa: 2006. Editora Grafset

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e Sofrimento Social: a resistência feminina na obra de Veena Das. In: *Saúde Soc. São Paulo*, v. 17, n. 3, p. 9-18, 2008.

CEHILA, Comissão de Estudos da Historia da Igreja na América Latina. *Escravidão Negra e Historia da Igreja na América Latina e no Caribe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FRISOTTI Heitor. *Comunidade Negra – Evangelização e Ecumenismo*. Caderno de pesquisa 1, Salvador: 1992.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo, 17ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2009.

KUNG, Hans. *Projeto de Ética Mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993

LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*, 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MATOS, Carmen Lúcia Guimarães de . *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVERIO, Valter Roberto (orgs). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.



NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. História e Imagens*. nº. 10. dez/1993

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REGA, Lourenço Stelio. *Dando um Jeito no Jeitinho: como ser ético sem deixar de ser brasileiro*. São Paulo: editora Mundo Cristão, 2000.

ROCHA, José Geraldo da. *Teologia e Negritude: um estudo sobre os Agentes de Pastoral Negros*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

\_\_\_\_\_, (org. ) *Diversidade & Ações Afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Ivanir dos & FILHO, Astrogildo Esteves. (Orgs) *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SANTOS, Rafael José dos. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

SENNET, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Antonio Aparecido. In: MUNARI, João. *Heitor Frisotti sob a proteção dos orixás*. São Paulo: Alô Mundo, 2006.

SILVA, Jorge da. (A) *Guia de Luta Contra a Intolerância Religiosa e o Racismo*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA JR., Hedio *Intolerância religiosa e direitos humanos*. In: SANTOS, Ivanir dos & FILHO, Astrogildo Esteves. (Orgs) *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA, Marlise Vinagre.(B) *Liberdade, democracia e intolerância religiosa*. In SANTOS, Ivanir dos & FILHO, Astrogildo Esteves. (Orgs) *Intolerância Religiosa X Democracia*. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVEIRA, Renato. *Dossiê África reinventada. Do calundu ao candomblé*. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1. nº 6. Dez. 2005.

SODRE, Muniz. *O terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TAUSSIG, Michael. (1987). *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Tradução Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Paz e Terra.

TEIXEIRA, Faustino (org). *Sociologia da Religião*. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_ & MENEZES, Renata. (orgs). Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

THEODORO, Helena. Cultura Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

VERGER, Pierre Fatumbi. ORIXAS: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Corrupio Edições e Promoções Culturais, 1981.

VITA, Álvaro. Nossa Constituição. São Paulo. Ática, 1989.

[http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro\\_espirita\\_depredado\\_no\\_c\\_atete-546631537.asp](http://extra.globo.com/rio/materias/2008/06/02/centro_espirita_depredado_no_c_atete-546631537.asp). Acesso em 12 fev. 2009.